

# A JUSTIÇA EM TOMÁS DE AQUINO

## THE JUSTICE IN THOMAS AQUINAS

*Altamir (D. Rafael) Francisco da Silva, OSB<sup>1</sup>*  
Faculdade Damas

### **Resumo**

O percurso histórico para a compreensão do pensamento tomista sobre a justiça, se fundamenta em duas colunas basilares: a Bíblia e a Patrística. Tomás vê a justiça como o reflexo de Deus nas ações humanas quando estas praticam a misericórdia.

### **Palavra-chave**

Justiça. Aristóteles, História. Patrística.

### **Abstract**

*The historic way to understand the tomistic thought about the justice, is based on two pillars: the bible and the pastritic. Thomas see the justice like a reflexo of Good on the men's actions, when they pratic the mercy.*

### **Keywords**

*Justice. Aristotle. History. Patristic.*

## **Introdução**

Falar de Justiça em Tomas de Aquino é uma tarefa fácil mas também árdua pois devemos seguir caminhos que aparentemente não se encontram, a Fé e a Razão ou a Filosofia e a Teologia. Considerado um dos grandes pensadores do cristianismo medieval, Tomás de Aquino trás na sua bagagem muito de vários elementos filosóficos e teológicos próprio de sua escola formativa. A literatura histórica principal é a Bíblia, seguido dos pensadores gregos como Aristóteles, assim como os chamados Padres da Igreja como Agostinho de Hipona, Ambrósio e outros.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Doutor pela Pontifícia Faculdade Teológica Marianum, Roma (IT).

Se faz necessário uma leitura do contexto cultural e formativo que o Aquinate desenvolveu seu pensamento sobre o tema da Justiça. Este caminhar é em primeiro lugar a Bíblia, onde aplica os conceitos bíblicos aos conceitos de Aristóteles e daí cristifica a teoria grega da justiça.

O aquinate coadura fé e razão dentro de um contexto de experiência de vida e cultura filosófico-teológica. A Baixa Idade Média – entre os séculos 1200-1400) onde passava por uma crise socio econômica e nesta muitos elementos de injustiça entre a sociedade.

Não podemos entender o conceito de Justiça em Tomás de Aquino sem termos em mente os pressupostos históricos que o levou a formular seus conceitos básicos e que fizeram a história do Direito Civil e Canônico, em âmbito filosófico e teológico.

## 1. O que é ser «justo» na Bíblia?

A Bíblia, para Tomás de Aquino é o ponto basilar da sua reflexão filo-teológica sobre a Justiça.

O justo na Bíblia parte da exemplaridade divina, isto é, de Deus mesmo. Os textos sagrados definem a Justiça com três substantivos hebraicos que equivalem entre si:

*Sedeq* = Justiça enquanto ordem criada, num todo bem integrado e harmonioso nas suas várias componentes, ordenador das justas relações entre os homens;

*Sedaqar* = Justiça, retidão enquanto comportamento justo e reto conforme a essa ordem, enquanto ação salvadora;

*Mispat* = Juízo, sentença, lei enquanto direito objetivo, veredicto, decreta, ordem. Mas também pode significar como ‘Direito’ no que se refere a exigências de relação e manter-se nesta perspectiva (VAZ, 2012, p. 63).

O livro dos Salmos e dos Profetas no Antigo Testamento direccionam o comportamento do homem a uma exemplaridade ou ainda evoca a essência divina (Sl 71,19; 24,9; Ml 3,20). Para os autores sagrados Deus é por natureza justo em tudo que faz e sua justiça é fidelidade em si mesmo. Ele prolonga sua justiça na

verdade e na fidelidade aos que lhe pertence (Jz 5,11; 1Sm 12,7; Sl 103,6; Is45,24; Dn 9,16; Mq 6,5; Sl 31,2; 35,24,28; 36,11 40,10; 48,11; 50,6; 97,6; 103,7; Pr 8,18; Is 1,27; 42,21; 46,13; 51,5; 54,17; Mq 7,9; Zc 8,8) [cf. LIMA, 2007, p. 1]. Mas o princípio da Justiça é ser qualificado como inocente em qualquer situação (Gn 20,4; 44,16; 2Sm 4,11; 1 Rs 2,32).

No Novo Testamento, Jesus é «o justo» por excelência (cf. At 3,13-14; 7,52; Tg 5,6; 1Pd 3,18), por isto é glorificado (cf. 1Jo 2,1). Também conta o adjetivo de inocente aquele é considerado justo (cf. Mt 27,4.19; Lc 23,47).

Assim, nas considerações do Doutor Angélico, Deus que é a plena Justiça: Há duas espécies de justiça. Uma consistente no mútuo dar e receber; p. ex., a que consiste na compra e venda em outros tratos ou trocas semelhantes. Esta é chamada pelo Filósofo justiça comutativa ou reguladora das trocas ou tratos<sup>2</sup>; e essa não convém a Deus, segundo aquilo do Apóstolo (Rm 11,35): *Quem lhe deve alguma coisa primeiro para esta lhe haver de ser recompensada?* Outra consiste na distribuição e se chama justiça distributiva, pela qual um governador ou administrador dá segundo a dignidade de cada um. Ora, assim como a ordem devida, na família ou em qualquer multidão governada, demonstra a justiça do governador, assim também a ordem do universo manifesta, tanto nos seres naturais, como nos dotados de vontade, a justiça de Deus. Por isso diz Dionísio: *Devemos ver a verdadeira justiça de Deus no distribuir ele a todos os seres segundo o que convém à dignidade de cada um, e no conservar cada natureza na sua ordem própria e virtude.*” (Sth I, q. 21, art. 1).

E equivale a verdade: “A verdade consiste na adequação da inteligência com o objeto, conforme dissemos. Ora, o intelecto que é causa do objeto é dele a regra e a medida; dá-se, porém, o inverso com o intelecto, que tira das coisas a sua ciência. Portanto quando as causas são a medida e a regra do intelecto, a verdade consiste na adequação deste com aquele, e tal é o nosso caso. Assim, a nossa opinião e o nosso conhecimento são verdadeiros ou falsos conforme exprimem o que a coisa é ou que não é. Mas, quando o intelecto é a regra ou a medida das coisas, a verdade consiste na adequação delas com o intelecto; assim, também dizemos

verdadeira a obra do artista quando concorda com a arte. Ora, os artificiais estão para a arte, como as obras justas, para a lei, com a qual concordam. Por onde, a justiça de Deus, que constitui a ordem das coisas, conforme a ideia da sua sabedoria, que lhes serve de lei, chama-se convenientemente verdade. Do mesmo modo também se diz que em nós há a *verdade da justiça*.” (Sth I, q. 21, art. 2).

E nela é evidenciado pela misericórdia: “Deus age misericordiosamente, quando faz alguma coisa não em contrário, mas, além da sua justiça. Assim, quem desse duzentos dinheiros ao credor, ao qual só deve cem, não pecaria contra a justiça, mas agiria liberal ou misericordiosamente. O mesmo se daria com quem perdoasse a injúria, que lhe foi feita; pois, quem perdoa, de certo modo dá; e por isso o Apóstolo chama ao perdão, doação (Ef 4, 32): *Perdoai-vos uns aos outros como também Cristo vos perdoou*. Donde resulta que, longe de suprimir a justiça, a misericórdia é a plenitude dela. Donde, o dizer a Escritura (Tg 2, 13): *A misericórdia triunfa sobre o justo*.” (Sth I, q. 21, art. 3).

Seja para o Antigo como o Novo Testamento, os Mandamentos seria a carta mestra para a prática da Justiça no amplo contexto histórico bíblico. O Doutor Angélico, fiel aos ditames da doutrina e do direito do homem reflete que o foco da prática da Justiça não a si próprio, mas o outro, como é o núcleo dos Mandamentos divinos. O divino e o humano se congregam em um metamorfose de paridade de direitos sempre para o bem recíproco. Assim no Decálogo vem definido como atos de justiça o Culto, o Outro e o senso comum.

“Os preceitos do decálogo são os primeiros preceitos da lei, aos quais a razão natural dá primeiramente o seu assentimento, como aos que mais manifestos são. Ora, muito manifestamente a ideia de dever, que todo preceito supõe, aparece na justiça, que regula as nossas relações com terceiros. Pois, nas nossas relações conosco mesmo, compreendemos desde logo que somos senhor dos nossos atos e podemos fazer o que nos apraz; mas, nas nossas relações com os outros, torna-se-nos desde logo claro que temos obrigação de lhes prestar o que lhes devemos. Portanto, os preceitos do decálogo teriam que ser da alçada da justiça. Por isso,

os três primeiros regulam os atos, de religião, que é a parte mais importante da justiça; o quarto, os atos de piedade, segunda parte da justiça; os outros seis concernem à justiça em sentido geral, que se aplica nas relações entre iguais” (Sth II-II, q. 122, art. 2).

Mas para o tomista o direito se resume na essência do que é justo: “[...] por vezes acontece o costume ir distorcendo o sentido original das palavras, que passam a significar outras coisas; [...] a palavra direito (jus), primeiramente significava o justo; mas depois desviou -se o seu significado para indicar a arte pela qual sabemos o que é justo; assim costuma-se dizer, por exemplo, que um homem “comparece diante do direito” (ou melhor diante da justiça); e também se diz que “exerce o direito” aquele a quem cabe, por ofício, o exercer a justiça, mesmo quando é injusto o que determina. (CABRAL, p. 5 [Sth II-II, q. 57, art. 1]).

## 2. Da historicidade bíblica a historicidade patrística sobre a Justiça

Com o preambulo da história bíblica sobre as bases da Justiça, pensadores do âmbito eclesiástico deram os primeiros passos à reflexão e prática da Justiça, coluna mestra da mensagem cristã. Temos como expoentes três:

a) Lúcio Célio Firmiano *Lactâncio* († ca. 320), que afirma: “*Pietas vero et aequitas, quasi venae sunt ejus; his enim duobus fontibus constat tota justitia. Sed caput ejus et origo in illo primo est, in secundo vis omnis ac ratio. [A piedade e a equidade são como as veias profundas; destas duas fontes provém de fato toda a justiça, mas o seu princípio e a sua origem reside na primeira, na segunda se encontra toda a força e racionalidade]* (cf. *Divinarum Institutionum*, V, 14: PL V, 597A).

b) Gregório de Nissa († 394), meditando Mt 5,6, sobre a IV Bem-aventurança afirma: “Dicono, dunque, coloro che hanno investigato su questo problema, che la giustizia è un habitus che distribuisce ugualmente a ciascuno secondo il merito. (...) Io, però, volgendo lo sguardo alla sublimità della legge divina, immagino che ci sia da pensare qualche cosa di più rispetto a ciò che è stato detto

su questa giustizia. [*Dizem aqueles que investigaram sobre este problema que, a justiça é um hábito que distribui a cada um igualmente segundo o mérito... eu, no entanto, olhando a sublimidade da lei divina, imagino que se deva pensar qualquer coisa de mais respeito aquilo que foi dito sobre a justiça*], Se infatti, stando ai discorsi dei sapienti pagani, lo scopo della giustizia è l'uguaglianza e se, d'altra parte, l'eccellenza della posizione implica disuguaglianza, non è possibile credere che il discorso prima esposto sulla giustizia sia vero, poichè viene immediatamente confutato dalla disuguaglianza della vita. [Texto em italiano *Oratio PG 44,1236A: Disponibile em* [http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z\\_0330-0395\\_\\_Gregorius\\_Nyssenus\\_\\_Sulle\\_Beatitudini\\_Omelia\\_4\\_\\_IT.doc.html](http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z_0330-0395__Gregorius_Nyssenus__Sulle_Beatitudini_Omelia_4__IT.doc.html)]. Acesso em 25 de Março de 2016.

c) *Ambrósio* († 397) a imitação de Cícero com a obra homônima *De officii* expõe seu pensamento sobre a justiça. Mas na *Expositio in psalmum 118*, sua tônica entra nos conceitos de justiça e piedade, caridade e misericórdia sublinhando o que há de mais nobre, o bem do outro. “Solo la giustizia è quella virtù che in ogni circostanza, prprio perché la sua natura è di aprirsi agli altri più che di rinchiudersi in se stessa, ha utilità quotidiana e vantaggio comune; salvaguarda l'utilità degli altri anche a costo di un personale savantaggio. È la sola che non ricavi il minimo vantaggio e che abbia invece il massimo merito Commento (Salmo 118,16,14: Biblioteca Ambrosiana 10,183)”. [LUÑO, 2006, p. 10].

Mas seu seguimento patrístico é evidente quando se inspira também no bispo visigodo, *Isidoro de Sevilha*. A tese isidoriana sobre a justiça, na sua obra *Etimologia*, obriga ao monarca a prática da lei em vista da virtude da piedade/misericórdia: “Por isso, a lei que estipula o direito deve ser honesta, justa, possível, conforme à natureza, conveniente pela razão do lugar e do tempo, necessária, útil, clara, não seja formulada para favorecer interesses privados mas, pelo contrário, ara servir o interesse comum de todos os membros da sociedade” (ANDRADE, 2013, p. 81).

### 3. Dois polos referenciais utilizados por Tomás de Aquino sobre a Justiça

No seu percurso acadêmico, Tomás de Aquino teve a oportunidade de conhecer o campo filosófico de Aristóteles, assim como na qualidade de eclesiástico aos escritos Patrísticos, onde aprimorou suas teses filo-teológicas dando origem aos seus famosos escritos. No que tange ao tema da Justiça aqui abordado, o motor filosófico foi o grande pensador grego Aristóteles († 322 a. C), e no campo doutrinal, os Padres da Igreja com particularidade, Agostinho de Hipona († 430).

#### *a) Aristóteles e sua influência no pensamento tomista*

O Aquinate cristianiza o pensamento aristotélico sobre a Justiça, assim como colhe de outros pensadores a fonte primária para a sua hermenêutica filosófico-teológica, como por exemplo, ele toma do jurista romano, Eneo Domitius *Ulpiano* († 228) a afirmação contida na sua obra *Digesta* (Liv. I. tit. 1, p.10): *“Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi [A justiça é a vontade firme e constante de respeitar todos os direitos e de cumprir todos os deveres].*

Parafraseado na Suma Teológica do seguinte modo (S. th II-II 58,1): *Habitus secundum quem aliquis ... ius suum unicuique tribuit [A Justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito].* Na obra aristotélica *Ética de Nicômano*, fonte principal dos estudos acadêmicos do Aquinate como já dissemos, chegou-se ao que chamamos na tradição cristã às virtudes cardeais, isto é, as virtudes próprias do interior (coração) do homem: a Temperança, a Coragem/Fortaleza, a Prudência e a Justiça. Mas tais virtudes tiveram início hermenêutico nas reflexões teológicas de Gregório de Nissa e Agostinho, contudo, a reflexão tomasina vai muito mais além da filosofia aristotélica. O *doctor Angelicus* emprega para cada virtude seu conceito exato em detrimento da teoria deixada pelo estagirita.

## **a.1) A Temperança**

### **Para Aristóteles:**

Parece que a temperança não é virtude.

1. – Pois, nenhuma virtude repugna à inclinação da natureza, porque nós temos a aptidão natural para a virtude, como diz Aristóteles. Ora, a temperança nos priva de prazeres a que a natureza nos inclina, ainda segundo Aristóteles. Logo, a temperança não é virtude (Sth II-II, q. 141, art. 1).

### **Para Tomás de Aquino:**

Mas, **em contrário**, diz Agostinho: É uma virtude a chamada temperança.

SOLUÇÃO. – Como dissemos, é da essência da virtude inclinar o homem para o bem. Ora, o bem do homem é viver de acordo com a razão, como diz Dionísio. Por onde a virtude humana inclina ao que é racional. Ora, é manifesto que a tal inclina a temperança; mas, o seu próprio nome implica uma certa moderação ou temperamento introduzido pela razão. Logo, a temperança é uma virtude.

(Sth II-II, q. 141, art. 1).

## **a.2) A Prudência**

### **Para Aristóteles:**

A boa deliberação é correção que reflete o que é benéfico, sobre a coisa certa, de forma correta e no tempo certo.

(Aristóteles (1995). *Les Grands Livres d'Éthique* (Magna Moralia).

Évreux: Arléa, 1198 a, 10, p. 136).

### **Para Tomás de Aquino:**

É a reta norma da ação (Sth II-II, q. 47, art. 2)



### **a.3) A Justiça**

#### **Para Aristóteles:**

Parece que foi inconvenientemente definida a justiça pelos jurisperitos, como a vontade constante e perpétua de dar a cada um, o que lhe pertence.

1. – Pois, a justiça, segundo o Filósofo, é um hábito pelo qual praticamos atos justos e pelo qual fazemos e queremos coisas justas. Ora, a vontade designa uma potência ou também um ato. Logo, é inconveniente dizer que a justiça é a vontade (Sth. II-II, q. 58, art. 1).

#### **Para Tomás de Aquino:**

A referida definição da justiça é conveniente se for entendida como deve. Pois, sendo toda virtude um hábito, que é o princípio dos atos bons, necessariamente a virtude há-de ser definida por um ato bom, cujo objeto é a matéria própria dela. Ora, a matéria própria da justiça são os atos relativos a outrem, como a seguir se dirá. Por onde, o ato de justiça é determinado relativamente à sua matéria própria e ao seu objeto, quando se diz: dar a cada um, o que lhe pertence; porque, como Isidoro diz, chama-se justo aquele que observa a justiça. Mas, para um ato, relativo a uma determinada matéria, ser virtuoso; é necessário que seja voluntário, estável e firme. Pois, como diz o Filósofo, o ato de virtude exige, primeiro, que o sujeito o pratique cientemente; segundo, com eleição, e para um fim devido; terceiro, que seja imutável. Ora, a primeira dessas condições está inclusa na segunda, pois, o que fazemos por ignorância é involuntário, segundo Aristóteles. Por onde, na definição da justiça, enuncia-se primeiro à vontade, para mostrar que o ato de justiça deve ser voluntário. Acrescentasse porém a constância e a perpetuidade para designar a estabilidade do ato. Portanto, a referida definição da justiça é completa, sendo tomado o ato pelo hábito, mas, que é especificado por aquele; pois, o hábito implica relação com o ato. E quem quisesse reduzir essa definição à

sua forma devida, poderia dizer: a justiça é um hábito pelo qual, com vontade constante e perpétua. Atribuímos a cada um o que lhe pertence. Definição quase idêntica à do Filósofo, quando diz: a justiça é um hábito que nos faz agir escolhendo o que é justo (Sth II-II, q. 58, art. 1).

#### **a.4) A Fortaleza**

**Para Aristóteles:** Ora, a coragem não faz parte das virtudes teologais nem das intelectuais, como do sobredito resulta. E parece que também não é virtude moral. Porque, como diz o Filósofo, uns são corajosos por ignorância ou por experiência, como os soldados e essa coragem é antes o resultado do exercício de uma arte do que uma virtude moral. Outros são corajosos por paixão, por exemplo, por temor de ameaças ou da desonra; ou ainda por tristeza, ira ou esperança. Ora, a virtude moral não obra por paixão, mas, por eleição, como se disse. Logo, a coragem não é uma virtude (Sth II-II, q. 123, art. 1).

**Para Tomás de Aquino:** Mas, **em contrário**, Agostinho enumera a coragem entre as virtudes.

**SOLUÇÃO.** – Segundo o Filósofo, a virtude torna bom aquele que a tem e boa a sua obra. Por onde, a virtude humana, de que agora tratamos é a que nos torna bons e boas as nossas obras. Ora, o bem do homem é viver segundo a razão, no dizer de Dionísio. Por isso, o fim da virtude humana é tornar racional a vida e as ações do homem. O que de três modos pode dar-se. Primeiro, pela retificação mesma da razão, o que é obra das virtudes intelectuais. De outro, pela influência dessa retidão racional nos atos humanos; o que é obra da justiça. E de um terceiro modo, pela eliminação dos obstáculos à influência dessa retidão nos referidos atos. – Ora, de dois modos a vontade humana fica impedida de seguir à retidão da razão. Primeiro deixando-se desviar, por algum prazer, da

prática de um ato que a razão condena; e este impedimento é eliminado pela virtude da temperança. De outro modo, deixando de obedecer à razão por causa de alguma dificuldade que se lhe opõe. E para arredar esse obstáculo é preciso a coragem da alma, que oponha resistência a tais dificuldades, assim como, peja coragem corporal arredamos e vencemos os obstáculos materiais. Por onde, é manifesto que a coragem é uma virtude, porque nos faz viver de acordo com a razão (Sth II-II, q. 123, art. 1).

### ***b) Agostinho e sua visão teológica da Justiça***

Um dos grandes pensadores cristãos é o bispo de Hipona, Agostinho que no séc. V deixou à posteridade inúmeros tratados teológicos. Oriundo de um ambiente aristocrático e intelectual de Tagaste, no norte da África, foi formado por mestres que deixaram em seu espírito uma formação e apaixonado desejo do saber. Sua base de teológica pertencia a área da filosofia platônica e neoplatônica, e por sua vez suas elaborações teológicas de Plotino, o formador de Platão.

Para Agostinho o conceito de Justiça se une a ideia de caritas ou ágape. O amor para ele seria a Justiça. Neste sua interpretação segue uma experiência altruísta, assim, Agostinho segue a máxima bíblica: “Non fare agli altri quel che non vuoi sai fatto a te (Tb 4,15). [...] Nessuno vuole essere danneggiato da qualsiasi altro; per cui egli stesso non deve danneggiare alcuno” (*De Doctrina Christiana*, 314,22: NBA 8,159.161). [LUÑO, 2006, p. 10].

O estóico Cícero inspira o bispo de Hipona, que vê a lei natural presente intrínseca nos homens, esta seria como uma luz divina e assim o direito seria o motor na orientação na consciência dos homens e orientadora para a vida da sociedade. “Santo Agostinho estabeleceu a supremacia da lei eterna, correspondente à vontade divina que governa o mundo: *Lex aeterna est ratio divina vel voluntas Dei ordinem naturalem conservari iubens, perturbare vetans. Subordinava a*

*civitas terrena á civitas Dei* e assinalava que a verdade reside na interioridade dos homens, reflexo do ser divino: *Nolis foras rire: in te ipsum redi; in interiore homine habitat veritas*. As leis temporais nada têm de justo e de legítimo que não derive da lei eterna: *Temporalis lege nihil justum ac legitimum quod no ex hac aeterna lege homines derivaverunt* (BATALHA, 2000, p. 43).

O doutor Angélico irá se inspirar na reflexão histórica agostiniana sobre a Justiça para as suas afirmações sobre o que ele entende sobre as Leis eterna, natural, divina e humana.

### 3. Originalidade de Tomás

Para o seu tempo Tomás de Aquino avança a passos largos os conceitos e teorias ao que tange ao Direito e dentro deste sobre a Justiça. Na sua celebre *Summa Theologiae*, desenvolve sua tese em várias vertentes, objetivando as “hierarquias” da Lei.

Tomás vinculando-se ao pensamento bíblico sobre a Justiça à luz dos Dez Mandamentos, onde Deus deixa estes como fonte organizacional da sociedade hebraica com as Tábuas da Lei, assim como seu administrador legal na pessoa de Moisés. Os Dez Mandamentos seria a fonte harmônica para a vivência da sociedade de então através de uma raça, a judaica. Esta deveria ser modelo para outras sociedades. O núcleo central dos Dez Mandamentos é Deus no próximo e vice-versa. Desta matriz, Aquino vai fazer toda a sua análise filosófico-teológica para conceituar ou ainda aclarar a prática da Justiça insinuada no Decálogo (Sth II-II, q. 122, art. 1-6). Diríamos até que ele ousa corrigir a formulação do Decálogo querendo assim objetivar mais o sentido exato da prática das normas divinas.

Para o Doutor Angélico, as vertentes da Lei são à luz filo-teológica é:

a) *Lex Aeterna* como a própria nomenclatura já indica, é proveniente de Deus e só dele depende sem qualquer alteração da ação do homem. É universal, onde todos estão sujeitos, mas que

não se caracteriza como lei divina lida já nas Escrituras, pois oriunda do Criador e misteriosa.

Como já dissemos (q. 90, a. 1 ad 2; a. 3, a. 4), a lei não é mais do que um ditame da razão prática, do chefe que governa uma comunidade perfeita. Ora, supondo que o mundo seja governado pela Divina Providência, como estabelecemos na Primeira Parte (q. 22, a. 1, a. 2), é manifesto que toda a comunidade do universo é governada pela razão divina. Por onde, a razão mesma do governo das coisas, em Deus, que é o regedor do universo, tem a natureza de lei. E como a razão divina nada concebe temporalmente, mas tem o conceito eterno, conforme a Escritura (Pr 8, 23), é forçoso dar a essa lei a denominação de eterna. (CRISPIM, 2011)

b) *Lex naturalis* já preexiste na natureza, onde seu conhecimento passa pela razão.

Como já dissemos (q. 90, a. 1), sendo a lei regra e medida, pode de dois modos estar num sujeito: como no que regula e mede, e como no regulado e medido; pois, na medida em que um ser participa da regra ou da medida, nessa mesma é regulado ou medido. Ora, todas as coisas sujeitas à Divina Providência são reguladas e medidas pela lei eterna, como do sobredito resulta (a. 1). Por onde é manifesto, que todas participam, de certo modo, da lei eterna, enquanto que por estarem impregnadas dela se inclinam para os próprios atos e fins. Ora, entre todas as criaturas, a racional está sujeita à Divina Providência de modo mais excelente, por participar ela própria da providência, provendo a si mesma e às demais. Portanto, participa da razão eterna, donde tira a sua inclinação natural para o ato e o fim devidos. E a essa participação da lei eterna pela criatura racional se dá o nome de lei natural. Por isso, depois do Salmista ter dito (Sl 4, 6) – Sacrificai sacrifício de justiça – continua, para como que responder aos que perguntam quais sejam as obras da justiça: Muitos dizem – quem nos patenteará os bens? A cuja pergunta dá a resposta: Gravado está, Senhor, sobre nós o lume do teu rosto, querendo assim dizer que o lume da razão natural, pelo qual discernimos o bem e o mal, e que pertence à lei natural, não é senão a impressão em nós do lume

divino. Por onde é claro, que a lei natural não é mais do que a participação da lei eterna pela criatura racional. (CRISPIM, 2011)

c) *Lex humanae* depende de convenções e sua força está vinculada às suas aplicações, donde seria a concretização e institucionalização da lei natural.

Como já dissemos (q. 90, a. 1 ad 2), a lei é um ditame da razão prática. Ora, dá-se que o modo de proceder da razão prática é semelhante ao da especulativa, pois ambas procedem de certos princípios para certas conclusões, como antes ficou estabelecido. Por onde devemos concluir que, assim como a razão especulativa, de princípios indemonstráveis e evidentes tira as conclusões das diversas ciências, cujo conhecimento não existe em nós naturalmente, mas são descobertos por indústria da razão; assim também, dos preceitos da lei natural, como de princípios gerais e indemonstráveis, necessariamente a razão humana há-de proceder a certas disposições mais particulares. E estas disposições particulares, descobertas pela razão humana, observadas as outras condições pertencentes à essência da lei, chamam-se leis humanas como já dissemos (q. 90, a. 2, a. 3, a. 4). E por isso, Túlio, na sua Retórica, diz que a origem do direito está na natureza; daí, em razão da utilidade, nasceram certas disposições costumeiras; depois, o medo e a religião sancionaram essas disposições oriundas da natureza e aprovadas pelo costume. (CRISPIM, 2011)

d) *Lex divina* é o ato de realizar a lei, isto é o pô-la em prática.

Além da lei natural e da humana, é necessário, para a direção da vida humana, haver uma lei divina. E isto por quatro razões. — Primeiro, porque pela lei o homem dirige os seus atos em ordem ao fim último. Ora, se ele se ordenasse só para um fim que lhe não excedesse a capacidade das faculdades naturais, não teria necessidade de nenhuma regra racional, superior à lei natural e à humana desta derivada. Mas como o homem se ordena ao fim da beatitude eterna, excedente à capacidade natural das suas faculdades, como já estabelecemos (q. 5, a. 5), é necessário que, além da lei natural e da humana, seja também dirigido ao seu fim por uma lei imposta por Deus. — Segundo, da incerteza do juízo humano, sobretudo no atinente às coisas contingentes e

particulares, originam-se juízos diversos sobre atos humanos diversos; donde, por sua vez, procedem leis diversas e contrárias. Portanto, para poder o homem, sem nenhuma dúvida, saber o que deve fazer e o que deve evitar, é necessário dirija os seus atos próprios pela lei estabelecida por Deus, que sabe não poder errar. — Terceiro, porque o homem só pode legislar sobre o que pode julgar. Ora, não pode julgar dos atos internos, que são ocultos, mas só dos externos, que aparecem. E contudo, a perfeição da virtude exige que ele proceda retamente em relação a uns e a outros. Portanto, a lei humana, não podendo coibir e ordenar suficientemente os atos internos, é necessário que, para tal, sobrevenha a lei divina. — Quarto, porque, como diz Agostinho, a lei humana não pode punir ou proibir todas as malfeitorias. Pois, se quisesse eliminar todos os males, haveria consequentemente de impedir muitos bens, impedindo assim a utilidade do bem comum, necessário ao comércio humano. Por onde, afim de nenhum mal ficar sem ser proibido e permanecer impune, é necessário sobrevir a lei divina, que proíbe todos os pecados. — E essas quatro causas estão resumidas no salmo, que diz o seguinte (Sl 118, 8): “A lei do Senhor que é imaculada, i. é, que não permite a torpeza de nenhum pecado; converte as almas, porque regula, não só os atos externos, mas também os internos; o testemunho do Senhor é fiel, por causa da certeza da verdade e da retitude; e dá sabedoria aos pequeninos, ordenando o homem a um fim sobrenatural e divino”.

## **Nota Final**

Como vemos, Tomás de Aquino com sua genialidade intelectual e espiritual forma com outros autores da Baixa Idade Média um pilar formativo no caminho dos conceitos históricos sobre o Direito e a Justiça. Oferece uma tonalidade cristã aos conceitos filosóficos e até com novas provocações acadêmicas. Sua centralidade de pensamento evoca as virtudes cardeais, onde direciona todo o agir do justo.

Na história do Direito e dos conceitos sobre a Justiça, o Aquinate deixa um patrimônio notável de elementos filosóficos e

cristãos para a posteridade. Radicaliza seu pensamento, como é óbvio na fé, onde o homem regido pela Lex aeterna, revigora o que já tem sem si, a Lex naturalis, aprendendo constantemente com a Lex divina, exortando e praticando na Lex humanae.

## Referências

ANDRADE, Manuel da Costa (Coordenação). *Direitos de personalidade e sua tutela*. Vol. I. Lisboa: Rei dos Livros 2013.

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica* – Pesquisa. Disponível em: <[https://dl.dropboxusercontent.com/u/16102505/Indice\\_Suma\\_V8.0.html](https://dl.dropboxusercontent.com/u/16102505/Indice_Suma_V8.0.html)>. Acesso em 06 de Abril de 2016.

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. Disponível em: <<http://permanencia.org.br/drupal/node/276>>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

BILLER, Jean-Casien e MARYIOLI Aglaé. *Historia da filosofia do direito*. Barueri, SP: Manole, 2005.

BATALHA, Wilson de Souza Campos e BATALHA de Rodrigues Neto, Sílvia. *Filosofia jurídica e história do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CABRAL, Ana Rita Nascimento, *A Justiça em Tomás de Aquino*, Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9465ce9a7904ba9f>>. Acesso em 16 de Março de 2016.

CRISPIM, Cicero Antonio Di Salvo. *Conceito de Justiça em São Tomás de Aquino: uma visão filosófica e teológica*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 24 Jan. 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31014&seo=1>. Acesso em 05 de Março de 2016.

LIMA, Máriton Silva, *O direito, o justo e a justiça*. Um estudo á luz da Bíblia (2007). Disponível em: Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9982>. Acesso em 20 de Março de 2016.

LUÑO, Angel Rodríguez. *La giustizia nella Sacra Scrittura e nella tradizione morale cattolica* (2006), Disponível em:



<http://www.eticaepolitica.net/corsodimorale/Giustizia1.pdf>.

Acesso em 06 de Abril de 2016.

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2014.

TONDINELLI, Tiago (org.). *Santo Tomás de Aquino*. Da Justiça. Campinas, SP: Vide Editorial, 2012.

VAZ, Armindo dos Santos, *O específico da justiça na Bíblia hebraica, Cultura*, Vol. 30|2012, 63-75.